



A RESSIGNIFICAÇÃO DA APOSENTADORIA NO DISCURSO DA VEJA: “7 razões para não vestir o pijama”?

Juliana Tereza de Souza Lima¹

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil, a aposentadoria tem sido amplamente debatida no cenário econômico, devido, sobretudo, ao crescimento da população com mais de sessenta anos, à crise do sistema previdenciário e à nova reconfiguração do mundo do trabalho, decorrente da reestruturação produtiva. Nesse sentido, são formulados discursos oficiais, educacionais e midiáticos que produzem evidências de sentidos, e prometem uma vida mais saudável e estável àqueles que continuarem inseridos no mundo do trabalho.

Aqui, analisaremos, à luz da Análise do Discurso de linha francesa (AD), especificamente, o discurso midiático sobre a aposentadoria materializado na reportagem: “7 razões para não vestir o pijama”, publicada na Revista *Veja*, em 15 de julho de 2009. Buscaremos, desse modo, compreender como esse discurso produz sentidos que “ressignificam” a aposentadoria na conjuntura social vigente, e que apresentam um “novo” perfil identitário de trabalhador-aposentado brasileiro.

Ao inscrevermos nossa reflexão no campo teórico e metodológico da Análise do Discurso, pressupomos que os dizeres não são produzidos de modo abstrato, pois respondem às determinações sócio-históricas. É nesse sentido que a AD, um projeto teórico e político, organizado pelo filósofo marxista-leninista Michel Pêcheux, em 1969, tem como objetivo compreender os processos discursivos em sua concretude sócio-histórica, trabalhando, assim, a relação complexa entre a língua, que é sujeita a falhas², e a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso.

¹ Mestranda em Linguística, sob orientação do Professor Doutor Helson Sobrinho, no Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL-UFAL). Bolsista CNPq (jtslima@gmail.com).

² Pêcheux, em oposição ao estruturalismo linguístico, relativiza a autonomia do sistema linguístico, e concebe a língua como “a base comum dos processos discursivos diferenciados” (1988, p.91).

O discurso é, portanto, uma prática social que produz efeitos de sentidos entre sujeitos, daí Pêcheux (2002) concebê-lo como “uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço” (p. 56). Essa agitação nas filiações sócio-históricas revela o caráter dinâmico dos processos de significação, nos quais os sentidos podem deslocar-se discursivamente; o que não significa que o sentido possa ser “qualquer um”, pois a sua produção é determinada pelas condições de produção do discurso e pelas posições ideológicas sustentadas pelos sujeitos em suas práticas históricas.

Desse modo, buscaremos, ao longo de nossa análise, desvelar os mecanismos ideológicos que atuam na (re)produção de sentidos de aposentadoria no discurso midiático. Investigaremos, também, como as sete “razões”, apresentadas na reportagem, funcionam na lógica capitalista, visando convencer o trabalhador-aposentado a continuar a vender sua força de trabalho como a única maneira de manter-se “ativo” na sociedade contemporânea.

2. EFEITOS DE SENTIDOS NO DISCURSO MIDIÁTICO: A APOSENTADORIA DA/NA SOCIEDADE CAPITALISTA

2.1 Interdiscurso e Formação Discursiva

Para compreendermos os efeitos de sentidos historicamente determinados que são produzidos pelo discurso midiático sobre a aposentadoria, faremos uma breve abordagem acerca das noções de Interdiscurso e de Formação Discursiva (FD) no âmbito da Análise do Discurso francesa. Michel Pêcheux construiu e ressignificou conceitos em seu projeto teórico-político, colocando questões para as Ciências Humanas, principalmente, no tocante à leitura e interpretação de textos, e tomando, como diz Orlandi (2011) “a materialidade simbólica e a materialidade da história, o seu real, como constitutivo da possibilidade mesma de análise” (p.35).

Para mediar a análise das materialidades discursivas, a AD possui um dispositivo teórico cuidadosamente construído, que nos permite chegar ao caráter material dos sentidos produzidos em uma dada conjuntura sócio-histórica. O Interdiscurso é uma das formulações da AD que são fundamentais para a compreensão dos processos

discursivos, pois traz a concepção de que todo discurso tem um “já-dito” que reaparece no intradiscurso para significar novamente.

O conceito de Interdiscurso aparece, explicitamente³, em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975), obra que apresenta os principais conceitos e discussões elaboradas por Pêcheux, sendo, portanto, o “cruzamento de todos os caminhos” desse filósofo (MALDIDIER, 2003, p. 51). No mesmo livro, também é trabalhada a noção de Formação Discursiva (doravante FD) formulada, inicialmente, por Michel Foucault, em *Arqueologia do Saber* (1969), e trazida para a AD sob uma perspectiva materialista.

Os dois conceitos acima mencionados são apresentados quando Pêcheux explica, a partir de duas teses, a dependência constitutiva do “caráter material, o sentido”, mascarado pelas evidências ideológicas, em relação ao “todo complexo com dominante das formações ideológicas”. A primeira tese diz respeito ao caráter não abstrato da produção de sentidos, pois as palavras não têm sentidos próprios, eles são determinados nas posições ideológicas em jogo no processo histórico, nas formações ideológicas. Estas são representadas na linguagem pelas Formações Discursivas, nas quais os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes, sendo definidas como

aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o *que pode e deve ser dito* [...]. Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. (PÊCHEUX, 1988, p. 160-161)

Essa determinação do que “pode e dever ser dito” não significa que o espaço da constituição do sentido e dos sujeitos seja fechado em si mesmo, se assim fosse haveria um apagamento do acontecimento discursivo, pois produção de sentidos seria um mecanismo sempre de reprodução, desvinculado dos processos históricos. Dessa forma, uma FD não é uma máquina autodeterminada, ela possui uma dinamicidade, e é “invadida por elementos que vêm de outro lugar, estabelecendo

³ Dizemos “explicitamente” porque, segundo Maldidier (2003), desde a *Análise Automática do Discurso* (ADD-69), já havia uma hipótese de que o discurso se relacionava a um “já-dito”, como também a um “não-dito” em sua constituição.

uma relação paradoxal com seu exterior específico, o interdiscurso” (PÊCHEUX, 1997, p.314).

A segunda tese acerca do caráter material do sentido revela essa relação paradoxal entre uma FD, lugar de “reformulação-paráfrase” dos dizeres, e o Interdiscurso, onde estão todos os já-ditos, pois, nas palavras de Pêcheux (1988, p.162), “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante”, ou seja, o interdiscurso, que é submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação assim como às formações ideológicas de uma determinada sociedade.

Dessa forma, o Interdiscurso, enquanto espaço da memória discursiva, tem uma objetividade contraditória, que é fundante de todo discurso, visto que “algo fala”, “antes, em outro lugar e independentemente”. Esse já-dito e esquecido⁴ reaparece no Intradiscurso, o lugar da formulação do dizer, que Pêcheux (ibidem, p.166) define como

o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos, co-referência que garante aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (grifos do autor).

Diante disso, poderemos compreender como os sentidos são produzidos no funcionamento discursivo da Veja, e como o intradiscurso é formulado a partir da Formação Discursiva que, ao incorporar pré-construídos do Interdiscurso, (re)produz sentidos de aposentadoria, o que também interpela os sujeitos aposentados a ocuparem um (novo) lugar social.

2.2 Análise da materialidade discursiva

Para que compreendamos os efeitos de sentido produzidos no discurso midiático sobre a aposentadoria, faz-se necessário que retomemos as condições de produção⁵ que engendraram esse processo de significação. Na esfera político-

⁴ Segundo Orlandi (2005, p.33-34) “é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras. No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome”.

⁵ As condições de produção do discurso compreendem os sujeitos e o momento sócio-histórico no qual os discursos são produzidos, elas são a base do dizer, que o analista precisa recuperar para

econômica, a reestruturação produtiva do capital impôs novas exigências a todos os setores da sociedade, a fim de preparar trabalhadores polivalentes e competentes para o mercado de trabalho. É a partir de 1990 que é implementado, no Brasil, o ideário neoliberal, cuja base é descentralização das obrigações estatais.

Nesse cenário, a velhice e a aposentadoria começam a ser repensadas, pois, tem-se, de um lado, o crescimento da população “idosa” no Brasil e, de outro uma maior necessidade de trabalhadores no mercado. Dessa forma, a aposentadoria e a velhice, processos encarnados nas práticas sociais, são (re)significados em documentos oficiais, a exemplo da Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003), e no espaço midiático, o que Silva Sobrinho (2007) chama de **velhice midiaticizada**⁶.

A reportagem da revista *Veja* “7 razões para não vestir o pijama” (15/7/2009), parte da coluna “Longevidade – viver mais e melhor”, configura-se num **discurso sobre**⁷, que, ao falar sobre a aposentadoria, apresenta sete “razões” para evitá-la e exemplos de pessoas que continuaram a desenvolver uma atividade profissional após estarem aposentadas, pois, como afirma a própria revista, “Foi-se o tempo em que se aposentar significava trocar o batente pelo ócio. Continuar trabalhando é bom para o corpo e para a mente” (*Veja*, 2009, p.88).

As sete “razões”, “bons motivos” apresentadas pela revista são: 1 – “É a chance de mudar de profissão”; 2 – “Manter a renda mensal”; 3 – “Não chatear a família”; 4 – “Não perder sua turma”; 5 – “Trabalhar faz bem à saúde”; 6 – “Evitar a depressão”; 7 – “Não desperdiçar a experiência profissional”. Para realizarmos nossa análise, divididos as razões em três sequências discursivas, agrupando-as por assuntos:

entender os mecanismos de produção de sentidos. Orlandi (2005) explica, para fins didáticos, que há as condições de produção estritas, as quais se referem ao contexto imediato da enunciação, e as condições amplas que abrangem o contexto sócio-histórico e ideológico do fazer discursivo.

⁶ A velhice midiaticizada é “uma forma de discurso sobre a velhice que se materializa em veículos de comunicação, seja ele escrito ou televisivo. Esse discurso se apresenta de modo estratégico para alcançar certos fins políticos, sociais e econômicos” (SILVA SOBRINHO 2007, p.172).

⁷ Conforme Mariane (1998), os discursos sobre representam um lugar de autoridade, no qual é realizado uma “transmissão de conhecimentos. Esses discursos, nas palavras da autora “atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao falarem um *discurso de* (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja” (p.60, grifos da autora).

SD1: trabalho/salário; SD2: família/amizade e SD3: saúde física/psicológica. Prossigamos, então, à análise das sequências, visando desvelar o caráter material dos sentidos.

SD 1 – (1) É a chance de mudar de profissão, (2) Manter a renda mensal e (7) Não desperdiçar a experiência profissional.

A primeira razão apresentada na reportagem para não se “vestir o pijama” é que a aposentadoria pode ser a “chance de mudar de profissão”, de realizar “projetos” que foram guardados por falta de tempo, e colocá-los em prática. Segundo a revista, a nova atividade profissional é uma forma de “lazer”, como é o caso de um ex-piloto, de 51 anos, que trocou as “pistas de corrida” por “pistas de baladas”. Os “motivos” 2 (Manter a renda) e 7 (Não desperdiçar a experiência profissional) trazem histórias de duas professoras. Vejamos: como não tinha “previdência privada”, uma docente paulista percebeu, ao aposentar-se, que as despesas aumentaram e o salário diminuiu 40%, então fez mestrado e passou a dar aulas de Pedagogia, o que possibilitou não só a manutenção, mas também o aumento do salário. “Se eu contasse apenas com o dinheiro do INSS, teria de me conformar com uma vida muito simples”, afirmou a docente (Veja, 2009, p.89). Quando o assunto é não “jogar fora a experiência de uma vida em determinado ramo profissional”, a Veja mostra a história de uma psicanalista carioca de 56 anos, docente universitária, que, após a aposentadoria, resolveu dar palestras e escrever livros, afirmando: “eu me aposentei de um trabalho, não da vida” (idem, p.92).

As três razões buscam mostrar a aposentadoria como um lugar de (in)atividade, de gestão da velhice⁸, e, paradoxalmente, como um espaço de produtividade, “desde que se tenha saúde e disposição” (Veja, 2009, p.89). Esse discurso dialoga interdiscursivamente com o Estatuto do Idoso (2003, p.19) que, no Artigo 26, afirma “O idoso tem direito ao exercício da atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas. Portanto, só os que já têm uma boa saúde e disposição poderão “prosseguir” trabalhando e desfrutando dos “benefícios de ordem física, psicológica e prática” (idem, p.88).

⁸ Haddad (1993) explica que a aposentadoria e a velhice estão intrinsecamente associadas devido, principalmente, ao processo de constituição do sistema previdenciário. Assim, o tempo de trabalho tornou-se uma espécie de tabela para o envelhecimento, pois ainda que o sujeito tenha 55 anos, ao aposentar-se, passa a ser considerado um “velho”, que não serve mais para o mundo do trabalho.

“Manter-se ativo” faz com que o trabalhador-aposentado continue a ser “útil”, assim como um produto/mercadoria, e “engajado” no mundo globalizado, no qual a economia, como bem afirma Beauvoir (1990) “é baseada no lucro; é a este, na prática, a que toda a civilização está subordinada: o material humano só interessa enquanto produz” (p.13). Produzir lucro para o capital, através de sua força de trabalho, é a condição para que o aposentado não seja colocado à margem da sociedade.

Nesse sentido, o atual e/ou futuro aposentado é chamado a ocupar um lugar de atividade laboral, e, para que essa interpelação, que se dá no interior da FD aqui dominante, tenha êxito, são apresentados exemplos, cuja produção de sentidos tende a homogeneizar os aposentados. No entanto, ao analisarmos as diferentes razões que levaram as duas professoras, entrevistadas na reportagem, a continuarem “no batente”, observamos que aí funciona uma contradição, pois, apesar de terem a mesma profissão, uma permanece trabalhando porque precisa “manter a renda” e, a outra, porque não pode “desperdiçar a experiência” adquirida na universidade. Além de recuperar o pré-construído⁹ de que a profissão docente é desvalorizada no Brasil, percebemos também que o discurso materializa desigualdades presentes no interior do magistério, o que revela que os aposentados ocupam diferentes classes sociais, que determinam o modo de viver desses sujeitos.

SD 2 – (3) Não chatear a família e (4) Não perder sua turma.

Segundo a *Veja*, há muitas pessoas que, quando se aposentam, passam mais tempo com a família do que é “aconselhável”, e terminam visitando os filhos e netos frequentemente, o que pode gerar conflitos entre os familiares. Não obstante, pode haver desentendimentos entre um casal de aposentados, pois as pessoas não estão acostumadas a passarem o dia inteiro juntas. O único meio de “não chatear a família”, é “manter alguma atividade profissional, mesmo diferente da que se teve durante toda a vida” (*Veja*, 2009,p.90)

⁹ O pré-construído, enquanto princípio da significação, remete, segundo Pêcheux (1988, p.171) “àquilo que todo mundo sabe”, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender”.

Esse é, também, o caminho para o aposentado não “perder sua turma”, já que, além de afastar os sujeitos da atividade profissional, a aposentadoria traz a perda dos “colegas”, da “turma”. Para evitar isso, um casal gaúcho, ao voltar dos Estados Unidos, transformou sua casa de praia numa pousada para receber os amigos, “acho que não vamos recuperar o investimento, mas o retorno é em vitalidade, não quero ficar parada” (p.91), explicou a esposa.

Nessas duas razões, o retorno ao trabalho não está ligado ao salário, mas sim à permanência de uma vida familiar e social, o apelo é emocional. Num movimento parafrástico, poderíamos pensar em enunciados como “alegrar a sua família” e “continuar com a sua turma”, respectivamente, os quais, sem dúvida, não produziram os mesmo sentidos, pois os verbos utilizados no intradiscurso, acompanhados do advérbio “não”, funcionam como um mecanismo discursivo que reforça sentidos negativos de aposentadoria e do sujeito aposentado, o que nos mostra que a escolha das palavras revela a posição-sujeito capitalista do discurso.

Na ótica midiática, a aposentadoria, que é parte do conjunto de reivindicações do movimento operário do início do século XX, torna-se algo indesejável, que compromete as relações familiares e sociais. Nisso funciona a memória discursiva que retoma os sentidos de aposentadoria como um lugar de solidão, abandono e tristeza, e o aposentado como um indivíduo “velho” e “inútil”, cuja força de trabalho é “obsoleta”.

No entanto, há uma saída, segundo a reportagem, o aposentado pode ser “útil”, desde que esteja apto para voltar ao mercado de trabalho, considerado como a máxima representação da produtividade. Não importa a idade, pois “a maior parte dos brasileiros que hoje chegam à idade de se aposentar forma um contingente de pessoas bem-dispostas, saudáveis e com muito a oferecer ainda à sociedade”, (Veja, 2009,p.88). Se antes os aposentados eram considerados inúteis, hoje eles são chamados à produtividade, o que corrobora a assertiva marxiana de que “a procura de homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria” (MARX, 2008, 24).

Dessa forma, a vida das pessoas na aposentadoria também é resumida às relações de trabalho da sociedade capitalista, baseadas no embate capital-trabalho e na exploração dos sujeitos. São essas relações que o discurso midiático reproduz, capturando a subjetividade do trabalhador, interpelando-o interdiscursivamente na busca de construir uma identidade fundamentada numa permanente produtividade laboral, que tem como principal recompensa, como veremos na SD3, uma vida “saudável” e “ativa”.

SD 3 – (5) Trabalhar faz bem à saúde e (6) Evitar a depressão

Conforme a reportagem, considerar que a aposentadoria “faz bem à saúde” porque propiciaria descanso é uma ideia ultrapassada, pois “hoje a ciência tem como certo que manter o cérebro ativo é essencial para preservar suas funções cognitivas” (p.21). “Manter o cérebro ativo” significa continuar trabalhando, seja num novo campo profissional ou no mesmo, seja para “manter a renda” ou para não “perder” os amigos e a experiência.

Além de restringir a atividade física e psíquica dos sujeitos ao exercício profissional, excluindo todas as outras possibilidades de “manter-se ativo”, principalmente as condições básicas de subsistência, como saúde e moradia, o discurso silencia que, por vezes, é no ambiente de trabalho que os sujeitos ficam doentes, devido à sobrecarga de trabalho e outros fatores aos quais são submetidos diariamente. Para produzir esse silenciamento, a FD recorta no interior contraditório do Interdiscurso os já-ditos que produzirão determinados efeitos de sentidos, acreditando que se diz o “que pode e deve ser dito” para silenciar “o que não pode e não deve ser dito”. Conforme Orlandi (2002),

Se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos” (p.76).

Esse silenciamento funciona também como um mecanismo ideológico cujo objetivo é homogeneizar as formas de viver a aposentadoria. Como vimos, o discurso midiático, na busca de construir uma (nova) identidade para os aposentados, apresenta histórias de pessoas que não largaram o “batente”. Entretanto, não são mencionados exemplos de trabalhadores da indústria, do comércio, escravizados cotidianamente, para os quais, certamente, o sentido de “trabalho” é outro. Nessa

homogeneização há, necessariamente, a exclusão, pois o espaço de (des)valorização do sujeito está intrinsecamente ligado ao seu lugar na sociedade do consumo.

Os discursos produzidos e circulados no espaço midiático não são imparciais, ao contrário, eles são, como explica Silva Sobrinho (2007, p.177) “regrados, controlados e respondem aos anseios e a forma de ser da sociedade capitalista”, que é movida pelo lucro e pela exploração da força de trabalho. Os sentidos “descartados” são desvelados quando articulamos o dizer às suas condições materiais de produção, o que põe em questão a afirmação de que “trabalhar faz bem à saúde”, ratificada pela onisciência do discurso científico, o qual, vale destacar, “não está *acima* ou *separada* da história da luta de classes” (PÊCHEUX,1988,p.19, grifos do autor).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso gesto de interpretação, pudemos compreender que o discurso sobre a aposentadoria, materializado na Revista Veja, ressignifica a aposentadoria como um lugar onde pode haver produtividade, desde que o aposentado esteja “disposto” física e psicologicamente, apagando a memória de que essa possível indisponibilidade decorre dos anos vividos de exploração do trabalho. Essa ressignificação simula um deslocamento de sentido que, na realidade, reordena os dizeres para que a lógica capitalista continue explorando os sujeitos, fazendo, no entanto, com que eles acreditem que estão sendo favorecidos por continuarem sendo úteis à sociedade.

Assim, a produtividade limita-se ao desenvolvimento de uma atividade profissional, ser produtivo é reproduzir a força de trabalho, sob a razão aparente dos “irrefutáveis” sete “motivos” apresentados pelo/no discurso midiático e ratificados pela ciência e pelos exemplos de “alguns” aposentados. Com efeito, muda-se, aparentemente, o discurso para que as relações de reprodução/exploração continuem as mesmas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

FLORENCIO, Ana Gama, & et alli. **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Maceió: EDUFAL, 2009.

MARIANI, Bethania. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP, 1998.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6.ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4.ed. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 5.ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Discurso, Velhice e Classes Sociais**. Maceió: Edufal, 2007.

HADDAD, Eneida G.de Macedo. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993.

STANO, R. de Cássia M. T. **Identidade do professor no envelhecimento**. São Paulo: Cortez, 2001.

MALDIDIER, D. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.